



Trabalho 510

AValiação DE ENFERMEIROS SOBRE A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE INSERIDA NO PROCESSO DE TRABALHO

Eduarda Signor¹
Luiz Anildo Anacleto da Silva²
Leila Mariza Hildebrandt³
Marinês Tambara Leite⁴
Iris Elizabete Messa Gomes⁵
Isabel Cristine Oliveira⁶

INTRODUÇÃO: No âmbito das políticas nacionais de saúde, a educação permanente em saúde apresenta-se como uma proposta de ação estratégica capaz de contribuir para a transformação dos processos formativos, das práticas pedagógicas e assistenciais e para a organização dos serviços, empreendendo um trabalho articulado entre o sistema de saúde, em suas várias esferas, gestões e instituições formadoras¹. O conceito de educação permanente se refere a uma estratégia para a construção de conhecimentos na área técnico científica, ética, sociocultural e relacional, envolvendo as questões do cotidiano da instituição. Busca a articulação com as diretrizes da política de saúde na perspectiva da formação de profissionais para a área de saúde, utilizando-se de métodos participativos que levem à autonomia². Para dar respostas às transformações ocorridas no mundo do trabalho, a educação permanente deve ser considerada como uma estratégia para a qualificação dos trabalhadores. Representa uma importante mudança na concepção e nas práticas de capacitação, supõe a inversão da lógica do processo, incorporando o aprendizado à vida cotidiana das organizações e, assim, incentivar/promover mudanças nas estratégias educativas, de modo a focar a prática como fonte do conhecimento e colocar o profissional a atuar ativamente no processo educativo. Além disso, enfatiza a equipe interdisciplinar e amplia os espaços educativos. A complexidade do processo de trabalho em saúde está condicionada por múltiplos fatores como: a cultura e paradigma da ciência; o processo de organização das profissões da saúde; o conhecimento científico e os recursos tecnológicos; a base conceitual de organização do trabalho e do modo de produção; o nível de organização dos trabalhadores; a legislação pertinente; as demandas sociais e sua capacidade de influência. Na perspectiva da EPS, aproximar a educação do cotidiano de trabalho é potencialmente profícuo, pois o ambiente de trabalho é também um espaço de aprendizado. Entende-se que as ações diárias de trabalho e as situações vivenciadas ao serem analisadas de forma crítica e reflexiva possam valorizar o processo de trabalho. A introdução ou a modificação de uma prática organizativa nos serviços de saúde implica em trabalhar não apenas no desenvolvimento de novas habilidades específicas, mas, sobretudo, os contextos que mantêm e alimenta as práticas de saúde. **OBJETIVO:** compreender como enfermeiro avaliam as ações educativas durante o processo de trabalho. **METODO:** Estudo pode ser caracterizado como pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória³, tipo estudo de caso, multicêntrico⁴. Na apreciação dos dados utilizou-se o

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail eduardasignor@hotmail.com

² Doutor em Enfermagem. Docente do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail luiz.anildo@yahoo.com.br

³ Mestre em Enfermagem Psiquiátrica. Docente do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail leilah@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Gerontologia. Docente do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail tambaraleite@yahoo.com.br

⁵ Acadêmica do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail irismessagomes@hotmail.com

⁶ Acadêmica do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail isakbel@hotmail.com



Trabalho 510

método de análise de conteúdo⁵. O referido projeto foi submetido e aprovado em Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria sob o número 0079.0.243.000-11. Os sujeitos da pesquisa são enfermeiros atuantes em secretarias municipais de saúde e em hospitais onde foram entrevistados/as profissionais atuantes em diferentes turnos que trabalham na gestão ou assistência. Foram considerados critérios de inclusão os enfermeiros(as) que tivessem as características acima citadas e excluíram-se enfermeiros(as) coordenadores de programas educativos ou que não concordaram em assinar o TCLE e/ou participar da pesquisa. A pesquisa ocorreu em cinco secretarias municipais de saúde e em cinco hospitais, localizados em distintas cidades (dois hospitais públicos, que atendem média e alta complexidade, dois hospitais filantrópicos que atendem média e alta complexidade e um hospital filantrópico). **RESULTADOS:** Os dados da pesquisa permitiram construção quatro categorias no que se refere aos processos de educação. Quando questionados sobre processos de educação que ocorrem em seu cotidiano de trabalho, a primeira categoria revela a não existência de educação no trabalho de enfermeiros de cinco hospitais. A segunda categoria nos mostra que existe educação continuada, mas com diferentes abordagens, trinta e sete enfermeiros afirmam existir educação continuada, já vinte e oito enfermeiros afirmam existir somente educação continuada, dois enfermeiros dizem que existe educação continuada aos trabalhadores, e um enfermeiro que há educação continuada aos trabalhadores e usuários. A terceira categoria classificada revela educação em saúde, subdividida em educação em saúde por um enfermeiro, três enfermeiros revelam existir educação em saúde aos usuários, um enfermeiro revela existir educação em saúde aos usuários e trabalhadores e dois enfermeiros que existe educação em saúde com pacientes e familiares. A quarta e última categoria revela que dois enfermeiros afirmam que existe desmotivação no processo educativo e também questões relacionadas ao processo de trabalho, e também outros dois enfermeiros não especificaram o tipo de educação realizada no trabalho. **CONCLUSÃO:** Conjeturara-se que a educação no trabalho se tornará realmente efetiva no momento em que transcender a linearidade, as ações pontuais e finalizadas, preconcebidas para acontecer em um determinado local, com conteúdos e estratégias anteriormente definidas; ou seja, não se está negando ou excluindo essas ações educativas, até porque essas são importantes em determinadas situações. Mas ratifica-se a necessidade de ir além, de projetarem-se os programas educativos consignados com a inovação e a transformação do processo de trabalho, da interatividade e da inserção na gestão-atenção, de integralização da concepção teórica com os fazeres das práticas, pois as ações educativas concernentes à educação permanente não se reduzem tão somente a capacitação técnica e a atualização de conhecimentos. Nessa, importa a re-ligação das ações educativas consignadas com o processo de trabalho e a sua relevância social. Mesmo que a Educação Permanente em Saúde seja uma política de estado, o seu desenvolvimento ainda é incipiente nas instituições hospitalares e secretarias municipais, no cenário na qual se desenvolveu a pesquisa.

DESCRITORES: Pesquisa em Educação de Enfermagem; Enfermagem; Pesquisa em enfermagem.

EIXO II - Interfaces da Enfermagem com práticas profissionais e populares de cuidado em Saúde.

REFERÊNCIAS:

1. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 198/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências [Internet]. Brasília; 2004 [citado 2009 dez. 15]. Disponível em: http://www.unifesp.br/dmedprev/planejamento/pdf/port_GM198.pdf



Trabalho 510

2. Davini MC. Enfoques, problemas e perspectivas na educação permanente dos recursos humanos de saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde [Internet]. Brasília; 2009 Disponível: http://vsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf
3. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas; 1997.
4. Yin RK. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman; 2005.
5. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011.